

Falhas no reconhecimento da alteridade nos casos de devolução em adoções tardias

Débora da Silva Sampaio 

Andrea Seixas Magalhães 

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo: Este estudo é parte de uma ampla investigação sobre vivência do processo de adoção malsucedida de crianças e adolescentes sob a perspectiva dos adotantes. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, com base em entrevistas semiestruturadas com 11 sujeitos independentes, nove mulheres e dois homens, moradores de diferentes estados do Brasil, que passaram por adoções malsucedidas. Neste trabalho, buscamos investigar as falhas no reconhecimento da alteridade do filho, vivenciadas no período do estágio de convivência, nos casos de devolução na adoção. Foi comum, entre os participantes, a busca por uma explicação psicopatológica para os comportamentos considerados ruins da criança/adolescente. Ficou evidente a necessidade de maior investimento afetivo-emocional nos períodos iniciais do estabelecimento do vínculo parento-filial, para o acolhimento da criança/adolescente em sua totalidade e individualidade.

Palavras-chave: devolução, filiação, vínculo parento-filial, adoção tardia, adoção malsucedida.

Introdução

A adoção representa a possibilidade de construção de laços parento-filiais entre pessoas que não possuem vínculos biológicos. Trata-se de um encontro entre quem deseja se tornar mãe/pai pela via da adoção e da criança/adolescente que, por motivos diversos, não pôde permanecer em sua família de origem. Esse encontro inaugura o percurso da construção do vínculo parento-filial que se dará de forma singular, considerando cada caso, além de representar a principal forma de reparação das falhas ambientais que possam ter existido na história pregressa da criança/adolescente.

Todavia o processo de estabelecimento do vínculo nem sempre se dá da melhor forma e a dificuldade em lidar com os conflitos que emergem na convivência podem resultar na devolução da criança/adolescente à instituição de acolhimento. O estágio de convivência é um período que requer adaptação de ambas as partes (Bicca & Grzybowski, 2014; Costa & Rosseti-Ferreira, 2007; Fernandes & Santos, 2019). A intensificação dos conflitos a partir do convívio e a inabilidade da nova família para manejar situações ligadas ao comportamento do filho podem levar à fragilização no estabelecimento do vínculo e, conseqüentemente, à devolução da criança/adolescente (Ghirardi, 2015).

As devoluções nas adoções têm sido cada vez mais recorrentes e ainda é um assunto pouco discutido (Lino, 2020). Os adotantes que devolvem estão

demonstrando as dificuldades no processo de constituição da parentalidade, por isso a importância de se ater ao tema dos conflitos que envolvem a adoção. A literatura tem apontado que os principais motivos para devolução da criança ou do adolescente adotado estão relacionados às dificuldades de adaptação dos pais à criança/adolescente e de inscrição do filho no psiquismo dos pais (Ghirardi, 2015; Ladvoat, 2018; Oliveira, 2010). Assim, acaba se tornando comum que os pais adotantes depositem a responsabilidade da devolução no mau comportamento da criança/adolescente (Ghirardi, 2015). Os pais idealizam a adoção, imaginando que ocorrerá da melhor forma possível e podem, com isso, desconsiderar os percalços do caminho em direção ao estabelecimento do vínculo parento-filial.

Geralmente, as devoluções ocorrem nos casos das adoções de crianças maiores, também denominadas adoções tardias, quando a criança chega ao novo lar com um nível de independência maior do que a de um bebê e com capacidade de se posicionar na relação de forma mais autônoma (Vargas, 1998/2013). Embora saibamos que o bebê também carrega consigo um lastro de sua história pregressa, cabe destacar que a adaptação na adoção de crianças maiores possui especificidades que merecem atenção maior, sobretudo pelas elaborações necessárias a respeito da história de vida da criança/adolescente (Levy, Pinho & Faria, 2009). O filho trará consigo modos de viver, características pessoais, sociais e culturais que apontarão diretamente para mundos distintos que se encontrarão na busca pela construção dos laços parento-filiais.

* Endereço para correspondência: deborasampaio@rocketmail.com



Destacamos, nesse processo, o confronto com o reconhecimento da alteridade do filho, que passa a ser evidenciado a partir do período de convivência, no início do processo de adoção. O reconhecimento da alteridade inclui o confronto com semelhanças e diferenças, proximidade e distanciamento (Coelho & Figueiredo, 2004).

O termo *reconhecimento* traz em seu significado dois aspectos importantes. O primeiro estaria relacionado ao reconhecimento racional e objetivo de características particulares, como quando alguém é reconhecido em uma fotografia, por exemplo. Já o segundo aspecto denota o reconhecimento em termos do sentimento de honra, admiração. O reconhecimento da alteridade inclui essas duas dimensões, com a validação das características individuais e o discernimento quanto à singularidade do outro em termos subjetivos, envolvendo familiaridade e respeito pelo outro. Nesse sentido, o reconhecimento exige certo grau de amadurecimento consciente em uma dimensão ética dos relacionamentos. Caso contrário, pode-se invadir o outro com verdades tidas como absolutas (Machado, 2012).

A experiência de reconhecimento da alteridade exige que o sujeito seja capaz de lidar com diferenças e semelhanças, aproximação e distanciamento, para que os contornos psíquicos da individualidade do outro sejam respeitados. Quando se invadem os limites do espaço de autonomia do outro, esse encontro, em vez de proporcionar reconhecimento das singularidades, se transforma em um meio de colonização, impossibilitando os espaços de troca, aprendizagem e amadurecimento. O que predomina, então, é uma relação de subordinação (Frosh & Baraitser, 2003).

Para Frosh e Baraitser (2003), o reconhecimento da alteridade não seria algo exclusivamente relacionado a capacidades cognitivas ou a um espelhamento das características do outro. Todavia nos remete a um lugar sagrado que se refere à autonomia e singularidade do espaço interno desse outro. Para os autores, permitir a diferença e apreciar a semelhança seria a dimensão do reconhecimento que impediria que este outro fosse colonizado. Assim, entender o outro como diferente não seria suficiente, podendo funcionar como defesa contra o reconhecimento. É preciso notar e experimentar a semelhança da experiência humana. No tocante às adoções tardias, o não reconhecimento da alteridade da criança/adolescente implica uma colonização do outro, uma tentativa de apagar ou desconsiderar, em parte, a sua própria subjetividade. No encontro com o filho, é comum que a ênfase recaia sobre a busca pelas semelhanças, enquanto o encontro com as diferenças aponta para o estranho na relação, aquilo que não se reconhece e, por esse motivo, pode se tornar insuportável, resultando na devolução da criança/adolescente.

A vivência da alteridade representa o trabalho existente entre convivência e transformação que permeia o encontro com o outro. Por isso, compreender a experiência de subjetivação apenas pela assimilação

do igual representaria a recusa ao reconhecimento da alteridade e à experiência intersubjetiva. O encontro com o outro passa pelo inevitável choque da não adaptação plena, ou seja, da impossibilidade de adequação (Coelho & Figueiredo 2004).

O conceito de alteridade é marcado pelas dimensões do processo da intersubjetividade e suas vicissitudes como área recente de estudo e pesquisa em psicologia. Coelho e Figueiredo (2004) apresentam quatro matrizes dos estudos sobre intersubjetividade. Os autores traçam um percurso desde as discussões mais filosóficas, passando pela intersubjetividade marcada pelo traumático em E. Lévinas, indo para o pragmatismo social e o interacionismo simbólico, até chegar às contribuições da psicanálise na constituição subjetiva do eu, por meio de uma intersubjetividade intrapsíquica. Essas matrizes indicam dimensões da alteridade que devem ser pensadas como processos simultâneos na elaboração e constituição subjetivas.

A psicanálise traz contribuições importantes para compreendermos a constituição subjetiva a partir das relações primordiais com o outro e, portanto, destacamos a centralidade do conceito de alteridade para discutir essa constituição. O bebê humano é marcado pela necessidade de um outro que o acolha para garantir sua sobrevivência. Assim, o reconhecimento do outro em sua alteridade pode ser pensado desde os primórdios da nossa constituição psíquica, quando precisamos de um outro para sobreviver, em todos os sentidos, inclusive afetivos. Dito de outro modo, para existir, o ser humano precisa de um outro que o reconheça.

Santos e Fortes (2011) assinalam que, no processo de constituição subjetiva, a dupla face do outro está sempre operando na relação com o bebê, por vezes amparando e contendo, e, em outros momentos, desamparando e faltando. Esses dois aspectos seriam inerentes à alteridade. O outro é determinante na constituição psíquica do bebê, ao passo que constrói um laço libidinal entre eles, oferecendo destino e contenção ao excesso pulsional originário. Desse modo, a presença do outro está necessariamente inscrita no modelo freudiano de psiquismo.

Podemos dizer que o reconhecimento da alteridade evidencia a dimensão ética nas relações, temática aprofundada por Lévinas (1997). Para o autor, a alteridade pode contribuir para uma forma mais humana de convívio em sociedade, uma vez que cada um tenha responsabilidade pelo próximo. O autor propõe a ética como filosofia primeira, considerando a alteridade como princípio da relação humana. Nesse sentido, a alteridade representa elemento essencial na constituição da subjetividade e, para compreender esse processo, o conceito de intersubjetividade se faz presente na obra do autor. Para Lévinas, a intersubjetividade implica no deslocamento ou modificação da experiência subjetiva em sua abertura inevitável ao outro. Assim, a alteridade sempre ultrapassará a capacidade de

receber, acolher e compreender este fenômeno (Coelho & Figueiredo 2004).

Baraitser (2008) traz algumas contribuições importantes para pensar a ética materna para além da lógica do cuidado, da predisposição, da atenção e acessando a metáfora mãe-bebê a partir da forma como a alteridade estrutura e afeta a subjetividade humana. Para a autora, a alteridade é considerada como elemento basilar para compreender a maternidade, seja ela constituída da maneira que for: biológica, adotada, comunitária, membros de uma família extensa ou grupo de amizade.

A noção trazida por Baraitser (2008) também se ampara na teoria de Lévinas e compreende que a subjetividade não é um dado, ou seja, não haveria o sujeito humano descritível como um indivíduo ontológico anterior à responsabilidade para com os outros. O que existiria é o Outro, no qual a subjetividade é vista emergir a partir da alteridade. Assim, não existe Eu antes ou além do Outro (Costa & Caetano 2014).

Para Baraitser (2008), a parentalidade seria uma categoria subjetiva que se caracteriza pela condição de ser, ao mesmo tempo, singular e múltipla. Para tanto, depende do reconhecimento da criança como radicalmente um Outro, ou seja, fundamentalmente um estranho, distinto dos pais. Isso vale para todos os tipos de filiação. Contudo, tratando-se de adoções tardias, cabe assinalar que, além do reconhecimento da alteridade reatualizado da dinâmica mãe-bebê, teremos também a alteridade referida a questões socioculturais das vivências anteriores da criança/adolescente.

Mesmo em relação à adoção tardia, os pressupostos do reconhecimento do outro em seus primórdios são essenciais para compreender o reconhecimento da alteridade da criança/adolescente na nova família. O bebê de outrora será reatualizado na construção do novo vínculo parento-filial, necessitando de amparo e sustentação desse outro que precisa estar disponível às necessidades do filho. Contudo não se trata apenas do reconhecimento da alteridade do bebê, mas da alteridade a partir de uma constituição psíquica que já carrega consigo preferências e costumes que fazem emergir aspectos socioculturais que podem ser bastante distintos da realidade da nova família.

Ghirardi (2015) defende o reconhecimento da alteridade como processo psíquico necessário para o bom andamento das adoções. Para a autora, a identificação é fundamental no processo de construção da parentalidade, uma vez que abre espaço para a inscrição do filho no imaginário a partir da atribuição de semelhanças. Como lembra Baraitser (2008), essa identificação não pode vir sem que haja espaço para o reconhecimento da alteridade.

Dentre as dificuldades que permeiam o reconhecimento da alteridade do filho, existe a interferência de alguns mitos e preconceitos sobre a adoção que levam os pais a terem receios diante da relação com o filho. Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2009) destacam que os medos

principais dos pais adotivos são: medo de não ser amado pelo filho, medo de que a relação do filho com a família não tenha boa qualidade, preocupação com os sentimentos da família extensa para com o filho e o medo de maus hábitos que o filho possa trazer consigo.

Esses medos estão pautados na necessidade de reconhecimento da alteridade que marca a relação. Nesse processo, ao mesmo tempo em que se reconhecem as diferenças de características individuais, é possível discernir a singularidade do outro em termos subjetivos (Frosh & Baraitser, 2003). A filiação se torna possível quando o novo ambiente é capaz de sobreviver às turbulências do percurso inerentes à relação, ao mesmo tempo em que oferece para a criança/adolescente a possibilidade de se constituir subjetivamente reconhecendo sua alteridade e singularidade. Assim, este estudo se propõe a investigar as falhas no reconhecimento da alteridade do filho, vivenciadas no período do estágio de convivência, nos casos de devolução na adoção.

Método

As experiências subjetivas acerca da devolução no período de estágio de convivência ou guarda provisória foram investigadas utilizando metodologia qualitativa, por meio de um estudo de campo exploratório.

Participantes

Foram entrevistados onze sujeitos independentes, nove mulheres e dois homens, moradores de diferentes estados do Brasil, um do Ceará, um do Maranhão, um de Minas Gerais, cinco do Rio de Janeiro, dois do Rio Grande do Sul e um de São Paulo, que passaram por tentativas de adoção malsucedidas. Com relação à configuração familiar, seis participantes configuravam adoção monoparental; quatro, adoção heteroparental; e um, adoção homoparental. Todos com escolaridade superior e idade variando entre 34 e 56 anos.

O tempo de convivência com a criança variou entre um mês e dois anos e quatro meses. As crianças e os adolescentes foram acolhidos pelas famílias com idades que variaram entre quatro e quinze anos, configurando as chamadas adoções tardias. A maioria estava com a guarda provisória e/ou no estágio de convivência com a criança/adolescente. Apenas um sujeito relatou a desistência ainda no período de aproximação.

Dentre os motivos relatados para a não concretização da adoção, nove foram relacionados ao comportamento da criança/adolescente e duas participantes da pesquisa foram desabilitadas durante o estágio de convivência sem que houvesse desejo para a desistência. Na apresentação dos resultados, foram atribuídas nomeações fictícias. Na Tabela 1 constam os dados dos participantes.

Tabela 1. Dados dos participantes

Adotante	Idade	Ocupação	Estado	Configuração familiar	Motivo da devolução	Idade da criança/adolescente	Tempo de convivência
Catarina	49	Desempregada	RS	heteroparental	desabilitada	Irmãos: 5 a; 6 a; 8 a; 10 a	4 m
Clara	36	Psicóloga	MG	homoparental	desabilitada	Irmãos: 4 a; 6 a; 8 a	1 a e 2 m
Eduarda	40	Cientista política	RJ	monoparental	comportamento	10 a	2 m
Fernando	42	Consultor	MA	heteroparental	comportamento	7 a	1 a
Heloísa	37	Contadora	RJ	monoparental	comportamento	10 a	3 m
Isabel	55	Programadora	CE	heteroparental	comportamento	4 a	2 a e 4 m
Lucia	59	Professora	RJ	monoparental	comportamento	14 a	4 m
Marina	54	Assistente social aposentada	RS	monoparental	comportamento	10 a	1 m
Neuza	55	Professora aposentada	RJ	monoparental	comportamento	8 a	6 m
Patrícia	34	Psicóloga	SP	heteroparental	comportamento	Irmãos: 12 a e 6 a	2 m
Pedro	56	Médico	RJ	monoparental	comportamento	Irmãos: 11 a e 15 a	5 m

Instrumento

Como instrumento de investigação, realizou-se uma entrevista individual com roteiro semiestruturado, contendo questões abertas, composta pelos seguintes eixos temáticos: Vivência da parentalidade adotiva; Intensificação dos conflitos na relação; Luto pelo filho imaginado; Rupturas do vínculo parento-filial nas adoções.

Procedimentos

Após aprovação do projeto de pesquisa pela Câmara de Ética em Pesquisa da universidade onde foi desenvolvido (número de protocolo 07/2019), os participantes foram recrutados a partir do contato com profissionais psicólogos(as) que atuam direta ou indiretamente com o tema da adoção e, também, por contatos informais em diferentes redes sociais da pesquisadora. As entrevistas foram realizadas presencialmente com os cinco participantes do estado do Rio de Janeiro e via Skype com os demais. Foram gravadas em áudio, com a devida autorização dos participantes, mediante a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e tiveram duração média de uma hora e meia.

O material foi transcrito e submetido ao método de análise de conteúdo, na sua vertente categorial temática, com a finalidade de investigar, a partir do material discursivo, as significações atribuídas pelos entrevistados aos fenômenos (Bardin, 2011). Por meio da técnica categorial, foram destacadas categorias temáticas,

organizadas a partir da semelhança entre os elementos contidos no material coletado. Para tanto, procedeu-se uma “leitura flutuante”, agrupando-se dados significativos, identificando-os e relacionando-os, até se destacarem as categorias de análise. O ponto de saturação considerou a repetição dos temas que levaram às categorias, não emergindo, portanto, novas informações e podendo ser interrompido o ciclo de recolha e análise de dados.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla, cujo objetivo geral foi investigar a vivência do processo de devolução de crianças/adolescentes na perspectiva dos pais adotantes. Dessa investigação, emergiram sete categorias das narrativas dos participantes. Para atingir os objetivos do estudo, serão discutidas as categorias *Falhas no reconhecimento da alteridade* e *Filho-prótese*. As demais categorias foram discutidas em outros trabalhos.

Resultados e discussão

Os resultados da análise das categorias *Falhas no reconhecimento da alteridade* e *Filho-prótese* são apresentados e discutidos a seguir.

Falhas no reconhecimento da alteridade

Esta categoria evidencia dificuldades dos pretendentes à adoção de reconhecer a historicidade da criança/adolescente, bem como a individualidade e as diferenças sociais, culturais e de costumes que chegam com sua bagagem de vida. Esta dificuldade se evidenciou nas falas que realçam a rejeição de hábitos e gostos da criança/adolescente; rejeição do filho em

sua totalidade, incluindo aspectos positivos e negativos; a frustração das expectativas ao receber o filho diferente do que fora imaginado. Além disso, a busca por um diagnóstico psicológico ou psiquiátrico emergiu como principal mecanismo de defesa para lidar com aspectos ligados ao reconhecimento da alteridade do filho. As falas a seguir ilustram a dificuldade de receber os hábitos e preferências ligados à história pregressa da criança/adolescente:

Ela acessava a internet, ela ouvia as músicas que queria e ela gostava do Pablo Vittar. Ai eu fiquei ouvindo a música, depois comecei a questionar com ela: Bruna, você está achando legal a letra dessa música do Pablo Vittar? “Ah, eu gosto!” Mas ele tá ensinando as pessoas a serem prostitutas. Você já prestou atenção na letra da música dele? “Ah, mas não tem nada de mais!”. Falei: tem sim. Então eu tava sempre questionando os valores de tudo que ela ouvia, que ela ouvia no abrigo. (Lucia)

Levei ele na bienal, ele ficou extremamente irritado lá na bienal, porque não gosta de livro: “não gosto de livro, não gosto de ler, não sei pra que você me trouxe aqui”. Ai eu falei assim: mas, Lucas, vamos ficar um pouco mais! “Não! Eu quero ir embora. Eu quero ir embora!” Eu falei assim: não, vamos ficar mais um pouco, porque eu também quero ver os livros. Minha mãe tava no dia: sua vó também quer ver os livros, vamos tentar ficar bem aqui. Mas não. Ai ele ficava assim afastado, não tentava interagir. (Heloísa)

A fala de Lucia ilustra a dificuldade relacionada às preferências da adolescente e estes gostos remetiam diretamente às experiências relacionadas às suas vivências anteriores. Já a fala de Heloísa aponta para sua dificuldade com os passeios: segundo ela, todos os lugares onde Lucas era levado pareciam desinteressantes para ele. Lucas morava em outro estado antes de chegar para a adoção, e as escolhas de Heloísa não pareceriam encontrar consonância com os gostos de Lucas.

Reconhecer a alteridade significa dizer sobre poder olhar para o outro em sua totalidade e particularidade, validando suas características individuais, além de discernir o outro em termos subjetivos de forma respeitosa (Frosh & Baraitser, 2003; Machado, 2012). Diante disso, podemos pensar que, na adoção, reconhecer a alteridade equivale ao respeito ao tempo do estabelecimento do vínculo, bem como o respeito à historicidade da criança/adolescente.

Além disso, as falhas no reconhecimento da alteridade emergiram nas falas dos entrevistados marcadas pela surpresa ao entrar em contato com o filho da realidade. Alguns dos entrevistados demonstraram dificuldades em reconhecer as diferenças marcadas pela quebra de expectativas, evidenciada nos momentos em que a criança/adolescente “mostra quem realmente é”:

Nos primeiros dias, a gente conseguia sair mais, mas, conforme a Luana foi mostrando quem era ela, enfim, conforme ela foi mostrando a insatisfação de estar aqui, a gente começou a não sair mais de casa. (Patrícia)

Mas, realmente, nesse dia ele mostrou um lado dele que era muito forte, que até então ele não tinha mostrado, porque, sei lá! Tava querendo me conquistar; tava querendo ser bonzinho, tava querendo ser aceito, sei lá. Mas esse dia ele não conseguiu e botou pra fora esse lado dele que é uma realidade. (Eduarda)

A criança/adolescente que chega a uma nova família em um processo de adoção desperta uma infinidade de sentimentos, imagens e impressões que dizem respeito ao encontro de subjetividades, e isso pode ser notado nas atitudes iniciais, durante o estágio de convivência, quando todos esses sentimentos são manifestados diretamente na relação.

Vale lembrar que a organização parental tem início nos primórdios da vida psíquica de cada um dos pais (Houzel, 2006). Por isso, é necessária a reflexão sobre o papel das fantasias subjacentes à vivência da parentalidade para compreender as repercussões destas no encontro com o filho da realidade. Esse encontro é marcado por abalo de idealizações e expectativas na relação do dia a dia, fundamentais para o reconhecimento da alteridade.

Ao lançarem mão da afirmativa de que este é o momento em que a criança/adolescente mostra quem realmente é, de modo geral, os adotantes estão se referindo a situações em que o comportamento da criança/adolescente é marcado pela agressividade. Trata-se, portanto, de comportamento agressivo e, ao mesmo tempo, regressivo, que pode compor o processo de adaptação nas adoções tardias (Vargas, 2013). O que a criança/adolescente precisa nesse momento é da contenção dessas emoções, que podem ter a oportunidade de ser elaboradas a partir da nova relação. Esses ataques aos novos pais podem ser compreendidos tanto como ataque à figura parental que a abandonou quanto como uma forma de confirmar que o novo ambiente será capaz de sobreviver e permanecerá, diferentemente do que a experiência anterior traduz.

As motivações iniciais para a adoção revelam a busca por um filho que pode ser diferente do que o encontrado na realidade. O abalo na idealização é estruturante de toda vivência parental, seja biológica ou adotiva. Contudo, quando as expectativas pelo filho ideal se cristalizam, o encontro com o filho da realidade e o estabelecimento do vínculo podem se dar de maneira conflituosa (Combiér & Binkowski, 2017). Nesse encontro inicial que marca o estágio de convivência, vivenciar o encontro com a alteridade do filho pode culminar na quebra das idealizações e expectativas que foram construídas pelos pretendentes à adoção sobre a parentalidade. Diante disso, foi possível observar nas falas

dos entrevistados a frustração pelo fato de o processo de adoção não estar acontecendo conforme o esperado:

Eu estava com muita expectativa que desse certo, a Ana também, porque nós queríamos ter uma família mais ampliada né. Sair nas férias, passear, tinha toda essa expectativa. Que é uma expectativa boa, né, então de pensar que ela iria sim se integrar. (Marina)

A minha vida realmente se transformou, e não era isso que eu esperava. Eu esperava uma convivência com ela, que a gente pudesse se tornar uma família de verdade, não foi isso que aconteceu. (Neuza)

Existe o risco de alguns pais se frustrarem diante das dificuldades que emergem com a convivência. Nas filiações biológicas, essa quebra de expectativa encontra suporte no legado geracional, enquanto nas filiações por adoção, as idealizações e ilusões podem levar a consequências desastrosas para ambas as partes (Gomes, Marques, & Ishara, 2018). A possibilidade da devolução parece pairar constantemente, uma vez que todas as características da criança/adolescente que são desaprovadas pelo adotante apontariam para sua origem.

Assim, o estabelecimento do vínculo se vê prejudicado pela não possibilidade de reconhecer a alteridade, como se ela apontasse a todo tempo para o não pertencimento do filho àquela dinâmica familiar, além da dificuldade de suportar o abismo cultural que a criança/adolescente pode trazer a partir dos seus hábitos e costumes. O reconhecimento do outro tem como ponto de partida dois tipos de experiências fundamentais: experiência objetiva, identificando as características individuais; e a experiência subjetiva, que envolve familiaridade e respeito pelo outro (Frosh & Baraitser, 2003).

Aquilo que não é suportado no filho adotivo remete ao estranho, tal como propôs Freud (1919/1969), ao discutir sobre o termo alemão *Unheimlich*, referindo-se àquilo que deveria permanecer oculto, mas veio à tona, foi revelado. Nesse caso, o estranho vem carregado por fantasmas de forma assustadora, causando medo e horror, ao mesmo tempo em que se trata de algo conhecido, íntimo, familiar.

No âmbito da adoção, o estranho remete ao fantasma da família de origem. Esse outro que existe ou existiu, mas precisa ser rejeitado, uma vez que é experimentado pelos pais adotantes como possibilidade de ataque ao seu lugar parental (Queiroz, 2004). A alteridade evidencia, portanto, certo tipo de duplicidade quanto à imagem parental, referida aos pais biológicos e aos pais adotantes, e o filho passa a representar o estrangeiro todas as vezes que não se comporta de acordo com as expectativas dos adotantes.

Com isso, a quebra das idealizações que se dá a partir do período de convivência assinala a necessidade do trabalho de luto pelo filho imaginado. As expectativas construídas até então precisam dar lugar para o filho da realidade e será nesse processo de luto que os

pais encontrarão os caminhos para investir no filho (Ghirardi, 2015). Cabe destacar que abrir mão do filho imaginado representa a tarefa de percorrer um longo caminho de elaborações psíquicas. Ao longo dessa trajetória, os pais entrarão em contato com os mais diversos tipos de conflitos e angústias (Riede & Sartori, 2013), que remetem à sua própria história, conforme ilustra a fala a seguir:

Eu sempre pensei em dois meninos porque eu sou filho único, então nunca gostei de sentir uma criança só em casa, porque eu nunca gostei dessa situação. Eu nunca quis uma criança pequena, porque eu queria alguém com autonomia, que pudesse dar a chance de trabalhar, de ser útil, de fazer alguma coisa e, como eu tô sozinho, de ter a capacidade de cuidar. (Pedro)

As expectativas de Pedro se referem diretamente a sua experiência enquanto filho e à tentativa de reparar aspectos da sua história por meio da adoção. Dessa forma, constrói expectativas a respeito da relação entre irmãos e sofre quando as brigas entre eles se tornam cada vez mais intensas. Ademais, busca retribuição de afeto e cuidado por parte dos filhos, sem que a temporalidade inerente à construção do vínculo parento-filial seja respeitada. Idealiza que na adoção tardia não será preciso lidar com as demandas de um bebê, quando o que se percebe é que a adoção funciona como possibilidade para reparações na história da criança/adolescente e que, para isso, o bebê que vem incorporado por uma criança maior precisa ser acolhido em suas necessidades mais primitivas (Sampaio, Magalhães, & Machado, 2020).

Para lidar com essas dificuldades, alguns entrevistados revelaram a tentativa de identificar comportamentos psicopatológicos da criança/adolescente como uma forma de defesa:

As pessoas já tavam começando, assim, a implicar: leva numa clínica tal. Que até eu acho, hoje, que ela deve ter, assim, um pouco de... Porque falavam assim: “será que essa criança não é autista?”. Pra mim, o autista era aquele que vivia só no mundo fechado. Nisso, eu comecei a ler também sobre o autismo e tudo, e você vê que não, né. São comportamentos, né. E que realmente, às vezes, tava tudo bem e de repente ela mudava. (Isabel)

E a criança pela qual eu optei era uma criança que tinha sérios problemas psicológicos e que isso não foi me passado também. Eu poderia adotar uma criança com problema psicológico? Sim, poderia. Mas eu precisava saber se eu tinha estrutura pra conviver com este problema que esta criança me apresentava, e isso me foi omitido. Que só depois que eu fui buscar essa história da criança eu vi que o comprometimento dessa criança era muito maior do que aquilo que me passaram. (Neuza)

É possível notar nas falas apresentadas a necessidade de compreender as dificuldades por meio de um diagnóstico psicológico, desconsiderando a história pregressa da criança/adolescente que pode ter sido marcada por rupturas e negligências de diversos tipos, e que necessitarão de espaço e acolhimento para serem elaborados na nova família. A adoção tardia implica receber uma criança com seu passado que pode ter deixado marcas de diferentes formas. Nesse sentido, a adoção representará a possibilidade de reparação, ao passo que o adotante consiga se colocar disponível para essa compreensão e para produzir, junto à criança, as elaborações necessárias rumo à construção de uma nova história possível (Otuka et al., 2012).

Um dos pontos centrais nos casos de devolução é a tendência à responsabilização da criança/adolescente pelo fracasso do processo de adoção. Seguindo essa lógica, a atribuição de algum transtorno psíquico funciona como defesa na qual os adotantes se distanciam ainda mais da responsabilização no processo, uma vez que a impossibilidade para a construção do vínculo passa a ser explicada por uma disfunção ou transtorno psíquico da criança/adolescente. Assim, culpam não só a criança, mas toda a equipe técnica por indicarem uma criança/adolescente tida por eles como problemática (Pinho, 2014).

Cabe assinalar que os adotantes, durante o estágio de convivência, estavam incorporando e se adaptando à função parental sendo que, para a maioria dos entrevistados (oito participantes), tratava-se do primeiro filho. Diante das ansiedades desse período, algo que é esperado no imaginário do que representa ser mãe/pai é a capacidade de oferecer o cuidado necessário à saúde do filho (Peixoto, Giacomozzi, Bousfield, Berri, & Fiorott, 2019). Dessa forma, a patologização da criança/adolescente pode ser compreendida como formação reativa que, por meio do cuidado excessivo, mascara as ansiedades no processo de se constituir na função parental.

Portanto é de extrema importância a distinção entre o que se apresenta como necessidades ligadas à saúde e comportamentos que permeiam o processo de adoção e que podem servir como forma de comunicação da criança/adolescente, como, por exemplo, os comportamentos agressivos direcionados ao novo ambiente. Trata-se de um período crucial e de extrema complexidade para todos os envolvidos (Costa & Rosseti-Ferreira, 2007; Levy, Pinho, & Faria, 2009) e a sensibilidade para se colocar disponível na construção do vínculo, permitindo-se o confronto com a alteridade do filho, possibilitará abordar essas dificuldades pela via do acolhimento.

Filho-prótese

A categoria *filho-prótese* diz respeito ao lugar que é designado ao filho como aquele que tampona algum tipo de falta narcísica. As falas dos participantes apontaram para um desejo de que a criança/adolescente fosse encaixada

no ambiente familiar a qualquer custo, desconsiderando sua alteridade, sua história, sua cultura, seus desejos e, até mesmo, a temporalidade singular para a construção do vínculo. Nas falas dos entrevistados, o que evidenciou o filho-prótese foram os desejos de receber afeto e de ser amado pelos filhos, de ser chamado de mãe/pai instantaneamente e de a criança/adolescente ser grata pela adoção.

A seguir, a fala de Lucia ilustra o filho-prótese representando a necessidade de que a adolescente se adapte ao formato esperado por ela:

Depois que ela acabou, falei: “Bruna, você quer voltar para o abrigo? Porque você disse que é infeliz aqui, você tem que escolher. Ou você fica comigo e tenta se adaptar, a gente tenta entrar num acordo direitinho, ser minha filha, você tem que decidir o que você quer. O que não pode é a gente continuar brigando desse jeito! E você me atacando, você está me atacando!”. (Lucia)

Nota-se, por meio da fala de Lucia, que o processo de adoção foi compreendido, sobretudo, como a necessidade de adaptação da adolescente. Esse mecanismo pode levar à culpabilização da criança/adolescente pelo fracasso da adoção, ao passo que os adotantes depositam a decisão sobre o rumo que a adoção irá tomar nas mãos da criança/adolescente. Dessa forma, o ambiente não se mostra capaz de receber e acolher as dificuldades e especificidades do estabelecimento do vínculo, prevalecendo a frustração pelas quebras de expectativas.

Para uma adoção ser considerada suficientemente boa, faz-se necessário que pais e filhos se transformem ao longo de uma trajetória marcada pelo reconhecimento mútuo. A nova família deve ser capaz de acolher e conter as angústias arcaicas, bem como as fantasias destrutivas do filho, para que se torne possível a construção do vínculo parento-filial (Otuka et al., 2012). Os entrevistados mencionaram o desejo por serem amados, de receberem trocas afetivas como base para a experiência da parentalidade e para concepção de família:

Ele é o pai que a gente tem que dar alguma coisa de volta, e não tá acontecendo assim. Eram crianças carinhosas? Eram crianças carinhosas. Mas assim, eu era um estranho que eles tratavam como qualquer outro estranho também. (Pedro)

Eu fui dando prazo, eu fui segurando ao máximo pra ver se ela chegasse pra mim, me olhasse nos olhos e me dissesse assim: eu te amo mãe. Eu tava esperando essa oportunidade. Eu tava esperando que isso acontecesse, mas não aconteceu. (Lucia)

Foi possível notar que as expectativas dos adotantes sobre o processo de construção da parentalidade extrapolavam a realidade da adoção. De acordo com Oliveira, Souto e Silva (2017), é comum que os candidatos

expressem idealizações relacionadas ao desejo de completude a partir da adoção, com base na noção de uma família perfeita, na qual um filho bem cuidado se tornaria um bom cuidador dos pais na velhice. Além disso, são comuns idealizações vinculadas à obediência, ao bom desempenho nos estudos e ao retorno do afeto oferecido enquanto pais.

A busca pela demonstração de afeto do filho por adoção parece denotar a necessidade de tamponar uma ferida narcísica por meio da vivência da parentalidade. O projeto parental é narcísico por excelência, o que significa dizer que é preciso sonhar, imaginar o filho e, assim, depositar suas aspirações, renúncias e frustrações. Todavia, no instante em que a criança/adolescente passa a ocupar o lugar de salvação para tais frustrações, o processo de construção do vínculo parento-filial pode ser comprometido (Combiér & Binkowski 2017). A espera por receber algo em troca na relação emergiu nas falas dos entrevistados a partir do desejo de ser chamado de mãe/pai:

Confesso pra você, eu me senti usado, eu me senti um cuidador. Eu não me sentia pai. Desde o primeiro momento, eu sempre falei com eles: essa aqui é a casa de você. Vocês são meus filhos. Mas eu nunca fui chamado de pai. Incomoda? Incomoda. É essencial? Não, eu até entendo. Nunca tiveram a figura paterna, tem que amadurecer a ideia, são crianças, ok. Mas em nenhum momento houve essa transmissão de afeto paternal. (Pedro)

Ela teve dificuldade pra me chamar de mãe. Ela começava a me chamar de tia e eu disse: “Lara, eu gostaria que tu me chamasse de mãe, porque eu não sou tua tia, né. Quando eu estou nesse processo de adoção, se tudo der certo tu vai ficar, eu vou ser tua mãe. Então vamos começar a treinar isso agora, né”. (Marina)

O momento em que os pais são nomeados como mãe e pai pelo filho é um dos marcos no processo de construção da parentalidade. Tratando-se de parentalidade iniciada pela via biológica, os pais vivenciam etapas iniciais com seu bebê e anseiam pelo primeiro momento em que o filho irá nomeá-los mamãe e papai. Contudo os pais adotivos que recebem uma criança maior, já inserida na linguagem, podem negar a temporalidade própria das especificidades que envolvem o processo de adoção, buscando antecipar ansiosamente o momento de serem nomeados como mãe/pai, sem que a construção do vínculo seja suficientemente experienciada. Ademais, esta busca seria mais uma marca da rejeição à historicidade da criança/adolescente mediante imagens parentais distintas (Queiroz, 2004).

Para Vargas (2013), o momento da nomeação mãe/pai pode causar certa ansiedade e passa a designar essa demora como consequência de déficits cognitivos, desconsiderando que pode se tratar de aspectos afetivos da relação. A autora destaca que maternidade e paternidade são função e relação e, por esse motivo,

a criança/adolescente precisa primeiramente vivenciar e reconhecer antes de ser capaz de nomear.

Outro indicador do filho-prótese que emergiu nas falas dos entrevistados foi a expectativa de que a criança/adolescente fosse grata à adoção:

A própria pessoa assim, lá do fórum, lá da Casa Lar onde ela estava, no primeiro mês, aí que estava difícil. Até levei a Lara lá ela conversou com a Lara, ela explicou né, que a Lara tinha que realmente valorizar tudo isso, porque a mãe dela não ia voltar. Que a mãe dela realmente tinha tido atitudes muito ruins com ela. (Marina)

A justificativa da devolução pelo mau comportamento da criança costuma ser recorrente nos casos de devolução (Ghirardi, 2015). Existe o imaginário de que este seria um dos principais motivos para a não possibilidade de vinculação parento-filial e de que a devolução seria justificável nos casos de desobediência e rebeldia (Weber, 2011). Essa prática confirma a ideia de que a criança deveria ser grata à adoção e adaptar seu comportamento para agradar aos adotantes (Pinho, 2014).

Esse pensamento traz resquícios históricos e jurídicos. No Código Civil de 1916, o vínculo adotivo não era considerado definitivo, dando direito tanto ao adotado quanto ao adotante de desistirem. Em seu art. 373, permitia a dissolução do vínculo por parte do adotado no ano imediato ao que terminasse a interdição ou a menoridade. Já o adotante poderia dissolver o vínculo a qualquer momento, caso o adotado cometesse ingratidão contra ele (Lino, 2020). Essa ideia vem sendo combatida pela nova cultura da adoção e, principalmente, por esforços nos trabalhos dos grupos de apoio à adoção.

Considerações finais

A adoção tardia envolve, necessariamente, o acolhimento da criança/adolescente junto com sua história, marcas, dores e rupturas que tenha experienciado. A criança chega com hábitos e preferências próprias que nem sempre são aceitos ou suportados pelos novos pais. Essa rejeição envolve dificuldades no reconhecimento da alteridade do filho, sobretudo no que diz respeito aos aspectos particulares e individuais da criança/adolescente relacionados com traços de sua origem. Lidar com o reconhecimento da alteridade do filho que emerge durante o estágio de convivência requer certa abertura para lidar com a historicidade da criança/adolescente. Poder suportar o diferente e acolher as necessidades do filho pressupõe a quebra de idealizações e expectativas em um processo de reconhecimento do outro e não apenas a tentativa de adaptar a criança à nova realidade descartando seu passado.

Sabemos que uma adoção envolve mobilizações psíquicas de diferentes ordens e que a construção da parentalidade se faz a partir de um processo complexo. As diferenças que permeiam a relação eu-outro são

evidenciadas na relação parental, a partir da existência de um histórico progresso que precisa encontrar espaço na nova história a ser construída. Todavia é muito comum que os novos pais se vejam diante da dupla referência parental e passem a competir imaginariamente com a família de origem. A dificuldade de alguns pais em lidarem com situações que podem ser naturais de toda criança/adolescente como, por exemplo, o mau comportamento, passa a ser justificada pelo “sangue ruim”, ou seja, aquilo que vem do outro e não é possível de ser reconhecido. Dessa forma, a possibilidade de construção do vínculo parento-filial se vê prejudicada e a devolução pode surgir como única saída possível.

Observamos que a tentativa de compreender os movimentos e atitudes da criança/adolescente pode ser um fator gerador de ansiedade nos pais, levando à busca por diagnósticos psicológicos ou psiquiátricos. A busca por uma explicação psicopatológica para o mau comportamento da criança/adolescente passa a ser um ponto de amparo para construir significado para as dificuldades que emergem com a convivência. Assim, a criança/adolescente passa a ser responsabilizada pelo fracasso na adoção, como se fosse portadora de um déficit que impediria a vinculação. Por esse motivo, destacamos a necessidade de maior atenção por parte da equipe técnica no auxílio dos adotantes na

compreensão dos movimentos da criança/adolescente como forma de comunicação, e não apenas como reflexo de um transtorno psicológico ou psiquiátrico.

A dificuldade em lidar com as diferenças que marcam as formas de subjetivação construídas a partir da história progressa da criança/adolescente pode levar os adotantes à busca pela adequação, a qualquer custo, do filho que foi imaginado. Adotar é poder integrar histórias, criando novas possibilidades para ambas as partes no caminho de se descobrirem como família. Destacamos a necessidade de atenção ao processo de preparação que envolva o pré e o pós-adoção tanto para os adotantes quanto para as crianças/adolescentes, para que todos sejam acompanhados nesse processo que será sempre único e permeado por especificidades.

Portanto o encontro entre pais e filhos na adoção, com base na relação de reconhecimento da alteridade, pressupõe capacidade dos adotantes para integrar diferenças e semelhanças com aproximação e distanciamento, ao mesmo tempo em que zela para que os contornos psíquicos sejam mantidos, e não ameaçados nesse processo de construção da parentalidade. O que entra em cena é o respeito ao outro em sua alteridade, de modo que seja possível estabelecer conexões, sem que o espaço interno seja colonizado.

Failed recognition of otherness in cases of disruptions in late adoptions

Abstract: This study derives from a broader investigation on the experience of unsuccessful adoptions of children and adolescents from the adopters' perspective. Based on a qualitative approach, we conducted semi-structured interviews with 11 independent subjects (nine women and two men), living in different states of Brazil, who experienced unsuccessful adoptions. The research investigates the failure in recognizing the child's alterity, experienced during the cohabitation stage, in cases of disruptions. Common among the participants was the search for a psychopathological explanation for the child/adolescent's supposed bad behaviors. Results show the need for greater emotional-affective investment in the initial periods of establishing the parent-child bond, to welcome the child/adolescent in their totality and individuality.

Keywords: disruption, affiliation, parent-child bond, late adoption, unsuccessful adoption.

La non-reconnaissance de l'altérité dans les cas d'interruption en adoption tardive

Résumé: Cette étude découle d'une recherche approfondie sur l'expérience des adoptions infructueuses d'enfants et d'adolescents du point de vue des adoptants. Axé sur une approche qualitative, on a mené des entretiens semi-structurés avec 11 sujets indépendants (neuf femmes et deux hommes), habitant dans différents États du Brésil, qui ont vécu des adoptions infructueuses. La recherche s'intéresse à l'échec de la reconnaissance de l'altérité de l'enfant, vécues pendant la phase de coexistence, dans les cas d'interruption de l'adoption. Il était courant, chez les participants, la recherche d'une explication psychopathologique aux comportements dit mauvais de l'enfant/adolescent. Les résultats montrent la nécessité d'un plus grand investissement émotionnel-affectif dans les périodes initiales d'établissement du lien parent-enfant, pour accueillir l'enfant/adolescent dans son intégralité et son individualité.

Mots-clés: interruption, affiliation, lien parent-enfant, adoption tardive, adoption infructueuse.

No reconocer la alteridad en casos de interrupción en adopciones tardías

Resumen: El presente estudio es parte de una extensa investigación sobre la experiencia del proceso fallido de adopción de niños, niñas y adolescentes desde la perspectiva de los adoptantes. Se realizó una investigación cualitativa, basada en

entrevistas semiestruturadas con 11 sujetos independientes, nueve mujeres y dos hombres, residentes en diferentes estados de Brasil, que tuvieron adopciones fallidas. En este trabajo se busca investigar las fallas en el reconocimiento de la alteridad del niño, vividas durante el período de la etapa de convivencia, en los casos de devolución en adopción. Entre los participantes, fue común la búsqueda de una explicación psicopatológica de los comportamientos considerados malos por el niño / adolescente. Era evidente la necesidad de una mayor inversión afectivo-emocional en los períodos iniciales de establecimiento del vínculo pariente-hijo, para acoger al niño / adolescente en su totalidad e individualidad.

Palabras-clave: devolución, afiliación, vínculo pariente-hijo, adopción tardía, adopción fallida.

Referências

- Baraitser, L. (2008). Mum's the word: intersubjectivity, alterity, and the maternal subject. *Studies in Gender and Sexuality*, 9(1), 86-110.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bicca, A., & Grzybowski, L. S. (2014). Adoção tardia: percepções dos adotantes em relação aos períodos iniciais de adaptação. *Contextos Clínicos*, 7(2), 155-167.
- Coelho, N. E., & Figueiredo, L. C. (2004). Figuras da intersubjetividade na constituição subjetiva: dimensões da alteridade. *Interações*, 9(17), 9-28.
- Combiér, C. V., & Binkowski, G. (2017). Adoção e mito: os destinos do “mito familiar” na cena da família contemporânea. Estudo a partir de um caso clínico de adoção na França atual. *Ágora*, XX(1), 159-172.
- Costa, J. X., & Caetano, R. F. (2014). A concepção de alteridade em Lévinas: caminhos para uma formação mais humana no mundo contemporâneo. *Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade-Igarapé*, 3(2), 195-210.
- Costa, N. R. D. A., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 425-434.
- Fernandes, M. B., & Santos, D. K. (2019). Sentidos atribuídos por pais adotivos acerca da adoção tardia e da construção de vínculos parento-filiais. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 28(63), 67-88.
- Freud, S. (1969). O estranho. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 17, pp. 235-267). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1919)
- Frosh, S., & Baraitser, L. (2003). Thinking, recognition and otherness. *The Psychoanalytic Review*, 90(6), 771-789.
- Ghirardi, M. L. A. M. A. (2015). *Devolução de crianças adotadas: um estudo psicanalítico*. São Paulo, SP: Primavera Editorial.
- Gomes, I. C., Marques, R. T. A., & Ishara, Y. (2018). Encontros e desencontros na adoção: o paradoxo da ilusão. In G. K. Levinzon & A. D. Lisondo (Orgs.), *Adoção: Desafios contemporâneos* (pp. 221-234). São Paulo, SP: Blucher.
- Houzel, D. (2006). As implicações da parentalidade. In L. Solis-Ponton, *Ser pai, ser mãe, parentalidade: um desafio para o terceiro milênio*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Ladvocat, C. (2018). As falhas da adoção no casal parental. In G. K. Levinzon & A. D. Lisondo (Orgs.), *Adoção: desafios da contemporaneidade* (pp. 99-116). São Paulo, SP: Blucher.
- Lévinas, E. (1997). *Entre nós: ensaios sobre alteridade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Levy, L., Pinho, P. G. R., & Faria, M. M. (2009). “Família é muito sofrimento”: um estudo de casos de “devolução” de crianças. *Psico*, 40(1), 58-63. Recuperado de <https://bit.ly/3i9zfXV>
- Lino, M. V. (2020) *Criar de um [não] lugar: histórias de crianças e adolescentes devolvidos por famílias substitutas*. Curitiba, PR: CRV.
- Machado, P. P., Jr. (2012) Expressões do reconhecimento e da sujeição na experiência intersubjetiva. *Revista de Estudos Psicanalíticos*, 30(2), 97-108.
- Oliveira, P. A. B. A. D., Souto, J. B., & Silva, E. G. D., Jr. (2017). Adoção e psicanálise: a escuta do desejo de filiação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(4), 909-922.
- Oliveira, S. V. D. (2010). *Devolução de crianças, uma configuração: entre a fantasia da adoção e a vinculação fraturada* [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Uberlândia, Uberlândia, MG.
- Otuka, L. K, Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2012). Adoção suficientemente boa: experiência de um casal com filhos biológicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(1), 55-63. doi: 10.1590/S0102-37722012000100007
- Peixoto, C. A., Giacomozzi, A. I., Bousfield, S. A. B., Berri, B., & Fiorott, J. G. (2019). Desafios e estratégias implementadas na adoção de crianças maiores e adolescentes. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 28(63), 89-108.
- Pinho, P. G. (2014). Devolução: quando as crianças não se tornam filhos. In C. Lavocat & S. Diuana (Orgs.), *Guia de adoção: no jurídico, no social, no psicológico e na família* (pp. 533-540). São Paulo, SP: Roca.
- Queiroz, E. F. (2004). O “estranho” filho adotivo: uma leitura clínica do Unheimlich na adoção. *Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental*, 7(4), 100-111.
- Riede, J. E., & Sartori, G. L. Z. (2013). Adoção e os fatores de risco: do afeto à devolução das crianças e adolescentes. *Perspectiva*, 37(138), 143-154.
- Sampaio, D. S., Magalhães, A. S., & Machado, R. N. (2020). Motivações para adoção tardia: entre o filho imaginado e a realidade. *Psicologia em Estudo*, 25, 1-15. doi: 10.4025/psicoestud.v25i0.44926

Santos, N. D. T. G., & Fortes, I. (2011). Desamparo e alteridade: o sujeito e a dupla face do outro. *Psicologia USP*, 22(4), 747-770.

Vargas, M. M. (2013). *Adoção tardia: da família sonhada à família possível* (2a ed.). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo. (Trabalho original publicado em 1998)

Weber, L. N. D. (2011). *Aspectos psicológicos da adoção* (rev. e amp.). Curitiba, PR: Juruá.

Recebido: 20/01/2021

Revisado: 05/06/2021

Aprovado: 04/07/2021